

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER RELATIVO AO PROJETO DE LEI Nº 041/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO.

Figura como objeto deste parecer o Projeto de Lei nº 041/2022, de autoria do Poder Executivo, com a seguinte ementa: “Autoriza a Procuradoria do Município de Candelária a conciliar ou a transigir em processos judiciais que discutem a base de cálculo da contribuição previdenciária ao Regime Próprio de Previdência – RPPS, e dispõe sobre a restituição administrativa das mesmas parcelas”.

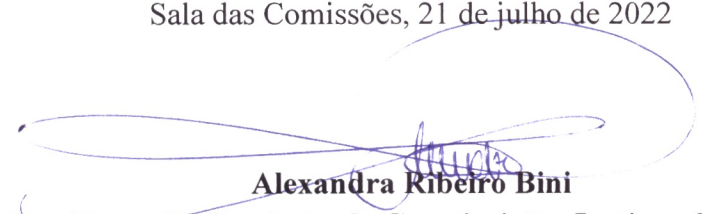
Referida proposta fora protocolada no dia 15/07/2022 e, após apresentada em Sessão Plenária, encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos moldes do artigo 57, *caput*, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Em continuidade ao processo normativo, o grupo de trabalho verificou que o projeto de lei abarca matéria de sua competência, nos termos do artigo 73, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como que não viola aspectos constitucionais, estando em harmonia com o ordenamento jurídico vigente.

Destarte, nos dias subsequentes à entrega em Secretaria, a proposição não recebeu emendas, substitutivos ou mensagens retificativas, sendo mantidas as disposições originais e ajustados aspectos gramaticais.

Por oportuno, não havendo impedimentos, sejam formais ou materiais, nos manifestamos, com fundamento no artigo 59, *caput*, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 041/2022.

Sala das Comissões, 21 de julho de 2022


Alexandra Ribeiro Bini
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação